

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo n.º 25/2020, em que é recorrente **José Eduíno Moreira Lopes** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 81/2023

I - Relatório

1. **José Eduíno Moreira Lopes**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 37/2020, de 28 de julho, proferido pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, vem, nos termos do artigo 20.º da Constituição, conjugado com as disposições da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), interpor recurso de amparo e requerer a adoção de medida provisória, com base nos factos constantes do Acórdão n.º 61/2020, de 4 de dezembro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 20, de 19 de fevereiro de 2021, que o admitiu a trâmite e aqui reproduzidos integralmente:

“Da violação das garantias de defesa do arguido e denegação de justiça

1. *O recorrente interpôs recurso para o TRS de uma sentença proferida nos autos da **Processo comum ordinário 129/2016**, que correu os seus termos no 3º Juízo do Tribunal da Comarca da Praia.*

2. *No referido recurso o recorrente, além de suscitar a nulidade da acusação (porque a mesma não foi notificada ao arguido), e, por consequência, a nulidade de todo o processado posterior, impugnou parte da matéria de facto dada como provada requerendo a alteração da decisão pois a mesma baseava-se nos factos erradamente dados como provados, indicou quais os factos dados erradamente como provados e fundamentou.*

3. Entretanto, o TRS julgou improcedente o recurso, pugnando pela validade da acusação, mas não se pronunciando sobre a impugnação da matéria de facto alegado pelo recorrente.

4. Aliás, sobre a matéria de facto, o acórdão do TRS limitou-se a dizer que o Tribunal de primeira Instância deu como provado um conjunto de factos e acabou por transcrever todos os factos que a primeira instancia tinha dado como provados.

5. (...) o recorrente interpôs recurso para o STJ, (...)

6. O STJ rejeitou o recurso alegando que o recurso não só é inadmissível na parte em que versa sobre o facto, como também a questão de direito é manifestamente improcedente.

7. No fundo, em relação a primeira causa de inadmissibilidade do recurso, o acórdão do STJ alega que a competência daquele coletivo, em matéria de recursos, é restrita a questão de direito, podendo conhecer da matéria de facto nos exatos termos do art.º 442º do CPP, concluindo que no caso não existe nenhum dos vícios do referido artigo alegados pelo recorrente;

8. Em relação à questão de direito, estando em causa o facto de a acusação não ter sido notificada ao arguido, o que determina (do nosso ponto de vista) a nulidade da própria acusação e do processado subsequente, ou, em qualquer caso, da nulidade apenas de todo o processado após a acusação (opinião do acórdão do STJ), o acórdão sustenta, a tese do acórdão do TRS de que o arguido foi pessoalmente notificado, que recebeu a respetiva cópia e recusou-se a assinar tendo sido por isso lavrado uma certidão, assinado por duas testemunhas, que consta a folha 42 dos autos, dando conta da situação, isto apesar de o arguido ter referido que tal situação nunca aconteceu indiciando que poderá ter havido crime de introdução de falsidade em documento oficial.

9. Ora, a decisão do STJ, e também do TRS, traduzem-se numa clara diminuição das garantias de defesa do arguido ou mesmo numa denegação de justiça, como iremos adiante demonstrar, havendo necessidade deste coletivo, o coletivo do TC, amparar

constitucionalmente o arguido, mandando repor os seus direitos e garantias constitucionais violados.

10. Ora, veremos:

Em relação a questão da nulidade insanável de todo o processado posterior à acusação (e mesmo da acusação) Venerandos Conselheiros,

11. O arguido, em sede de recurso no TRS, invocou a nulidade da acusação e, em consequência, de todo o processado posterior, alegando que não foi notificado da acusação.

(...)

13. Mais, acrescenta o referido acórdão (o do TRS) que relativamente a certidão o arguido não suscitou incidente de falsidade.

14. Ora, a quando do recurso para o STJ, o arguido contrariou esses argumentos, (...)

*15. Mas, infelizmente, o acórdão do STJ, como já se disse, volta a sustentar a tese do TRS e acrescenta que "a assinatura da certidão por parte do notificando não é elemento essencial do ato de notificação, o que decorre da análise dos arts. 235º e 221º do CPC, aplicável ex vi do art 26º do CPP' (**transcrevemos a parte em itálico**) e ainda que "a alegação de que não foi indicado o número do Bilhete de Identidade não tem qualquer cabimento, porquanto o que vai disposto no art. 140º do CPP aplica-se às notificações para comparência, que devem ser feitas com a obrigação de o arguido se apresentar para acto judicial para o qual foi convocado munido de documento legal de identificação. Sendo por demais evidente que a preterição dessa advertência não é cominada com nulidade, nem consta como tal dos arts. 151º e 152º traduzindo-se assim em mera irregularidade dependente de arguição, há muito sanada pelo decurso do tempo (155 nº 1 do CPP)". (**voltamos a transcrever a parte em itálico**).*

16. Ora, a assinatura da certidão não é elemento essencial do ato de notificação (o que duvidámos), a verdade é que a lei exige a assinatura do notificado (cf. art. 221, nº 1, parte final, conjugado com o art.º 225º todos do CPC)

17. E exige essa assinatura, obviamente, para comprovar que o notificando recebeu o duplicado do documento que se lhe pretende notificar.

18. Se ele se recusar a receber o duplicado, o oficial deve declarar-lhe na presença de duas testemunhas, que o papel fica à sua disposição na secretaria judicial e mencionar essa ocorrência na certidão.

19. Portanto, o que o oficial deve fazer, no ato de notificação, é lavrar a certidão com todos os elementos que a lei exige e pedir ao notificando para assinar para depois lhe entregar o duplicado.

20. Se este se recusar a assinar, cremos que o oficial não deve entregar o duplicado do documento.

21. Se já o tiver entregado, o que não deveria fazer, deve exigir de volta. Se o notificando se recusar deve acionar as forças da ordem para poder recuperar o documento.

22. Se o notificando assinar a certidão e recusar receber o duplicado é que se aplica o n.º 2 do art.º 221º, em conjugação com o art.º 225º, todos do CPC, ou seja o oficial comunica que o documento fica disponível na secretaria para o notificado levantar, considerando-se já notificado.

23. Portanto, na notificação por contacto pessoal, é fundamental a assinatura do notificando para que se possa considerar que o mesmo foi notificado.

24. Quanto se diz que alegação de que não foi indicado o número do Bilhete de Identidade não tem cabimento porque o art.º 140 do CPP, devemos sempre retorquir que, ainda que a referida norma não exija, o que só por hipótese colocamos, a verdade é que não fica prejudicada a alegação de que não se pode afirmar que o José Eduíno Moreira Lopes, pessoa que, na versão da funcionária, foi notificada (recebeu o duplicado) é o José Eduíno Moreira Lopes, o arguido nos autos.

25. Mas, fora isso, sobre o mais importante em relação a este assunto, o facto de o arguido alegar que nunca foi notificado da acusação, ou seja, que nunca recebeu nenhum

duplicado da acusação e recusou-se a assinar, podendo estar em causa um crime de introdução de falsidade em documento oficial, o STJ não dispensou nem uma linha.

26. Não se percebe por que é que não se considerou, em nenhum momento, as declarações do arguido no sentido de se poder apurar, com a abertura de uma instrução, a verdade dos factos que influenciará de forma direta o processo do arguido.

27. Em vez de se procurar a verdade, optou-se por se dizer, primeiro no TRS, que relativamente a certidão o arguido não suscitou incidente de falsidade, e depois no STJ, que "verifica-se que o arguido foi pessoalmente notificado daquele acto processual, tendo recebido a respetiva cópia, como resulta sem margem para dúvida da certidão a fls. 42 v.º dos autos" (transcrevemos, mais uma vez, o que está em itálico), sem por em causa, em momento algum, a veracidade do que está contido no referido documento.

28. Refira-se que mais uma vez o processo esteve com o Procurador-Geral da República e nenhuma notícia de um inquérito para se apurar a verdade material, quando estamos perante um crime público.

29. Refira-se também que a omissão de diligências essenciais para a descoberta da verdade material é causa de nulidade, o que resultaria sempre na nulidade do julgamento quando essas diligências tenham sido requeridas pelo arguido (cf. art.º 152º nº 1, al. c), segunda parte).

30. Triste sina do arguido, dois Tribunais Superiores, dois altos Magistrados do Ministério Público, e nenhuma vontade em se promover a abertura de uma instrução no sentido de se apurar uma verdade com influência direta na defesa do arguido, num processo sem trânsito em julgado.

31. Portanto, quando o STJ rejeita o recurso e afirma que é manifesta a improcedência do argumento da falta de notificação do arguido e de todo o processado posterior a acusação, desconsiderando as normas sobre a notificação (140 e ss do CPP, 221, conjugado com o art.º 221º, todos do CPC, aplicados por força do art.º 26º do CPP) e ignorando as denúncias de um eventual crime de introdução de falsidade em documento

oficial, há denegação de justiça, ou, pelo menos, a diminuição das garantias de defesa ao arguido, mostrando-se, por aqui, violados os arts. 22º nº 1 e 35º nº 7, da CRCV.

Sobre a questão da inadmissibilidade do recurso por o mesmo versar sobre matéria de facto, Venerandos Conselheiros

32. É assente, aliás o próprio acórdão do STJ o admite, que STJ pode conhecer de matéria de facto nos casos previstos no art.º 442º.

33. Sobre a matéria de facto, como já se disse, o acórdão do TRS limitou-se a dizer que o Tribunal de primeira Instância deu como provado um conjunto de factos e acabou por transcrever todos os factos que a primeira instancia tinha dado como provados; a partir desses factos fundamentou a sua posição e decisão.

34. Portanto, o acórdão do TRS não assumiu posição sobre a impugnação da matéria e facto feito no recurso.

35. Mas no recurso para o STJ até abrimos a hipótese de se poder admitir que o acórdão do TRS assumiu que os factos impugnados pelo arguido foram acertadamente dados como provados pela sentença outrora recorrida, assumindo o acórdão, como seus, tais factos e a fundamentação e motivação da matéria de facto feita na sentença.

36. Depois afirmamos que perante essa hipótese teríamos de, nos termos das alíneas b) e c) do nº 2 do art. 442º, invocar a contradição insanável na matéria de facto dada como provada e/ou erro notório na apreciação da prova (vícios ocorridos no acórdão quando este assume como seus os mesmos fatos dados como provados e a mesma motivação da matéria de facto dado como provado).

37. A prova no julgamento em primeira instância baseou-se fundamentalmente na audição das testemunhas, sendo os depoimentos ficados todos gravados.

38. Se não houve contradição insanável na matéria dada como provada, há, certamente, erro notório na apreciação da prova e tivemos ocasião de o demonstrar isso a quando do recurso para o STJ.

(...)

40. *Em relação ao erro notório na apreciação da prova, que existe certamente na apreciação da prova feita pela Relação (admitindo que ele assumiu como seus os factos provados feitos pela Primeira Instancia), a doutrina e jurisprudência tem admitido que constituem vício de erro notório na apreciação da prova, o erro sobre factos notórios, a ofensa as leis da física, a ofensa a lei da lógica, entre outros.*

41. *Assim, demonstrando, mais uma vez o erro notório na apreciação das declarações das testemunhas que presenciaram o acontecimento, parece ilógico que três pessoas adultas e idóneas confundam uma facada ou outro objecto cortante com um soco; que alguém atinja outra com uma facada ou outro objecto cortante a escassos centímetros de uma outra e esta última venha a dizer que foi um soco; que o próprio ofendido recebido uma facada ou agredido com outro objeto cortante e depois tenha confirmado, várias vezes, que se tratou de um soco; que nas circunstâncias que a agressão ocorreu, tanto o ofendido como a testemunha não tenham visto a faca ou o objeto cortante (é que, como já se disse, tal objeto teria que ser sempre grande para provocar os ferimentos descritos e a testemunha disse que o arguido estava a falar com o ofendido quando lhe agrediu com um soco).*

42. *Portanto, porque há, pelo menos, erro notório na apreciação da prova, o STJ, por aqui, teria de admitir o recurso.*

43. *Mas cremos que é a segunda hipótese que realmente se verifica, dado que, efetivamente, o acórdão recorrido não se pronunciou, sobre os factos impugnados pelo arguido em sede de recurso, no fundo, não reanalisou a prova produzida em julgamento em primeira instância para depois se pronunciar, dando como provados ou não, os fatos que o arguido apontou como tendo sido erradamente dadas como provadas pela sentença primeira Instância.*

(...)

45. *Assim, sendo certo que é o que efetivamente aconteceu, pois, como já se disse o acórdão do TRS não se pronunciou sobre a impugnação da matéria de facto dada como*

provada na primeira Instância, o STJ teria de aceitar o recurso e declarado a nulidade e/ou a Inconstitucionalidade do acórdão do TRS.

46. Mas não o fez, assumindo que o acórdão do TRS fixou definitivamente a matéria de facto e que a alegação de que o TRS não se pronunciou sobre a matéria de facto impugnada são meras hipóteses abstratas suscitadas pelo recorrente relativamente aos quais o tribunal não tem de se pronunciar.

47. Mas o mais estranho é que o próprio acórdão do STJ, a páginas tantas, afirma isto: "seja como for, qualquer um dos vícios alegados deve resultar do texto da decisão, o que manifestamente não ocorre" (voltamos a transcrever o que está em itálico)

48. De facto, tal afirmação é um tanto ou quanto contraditória para quem afirma que o acórdão se pronunciou sobre a matéria de facto.

49. Assim, por aqui também devemos concluir que o acórdão do STJ, assim como o acórdão do TRS, é inconstitucional pois viola o direito de acesso ao direito e aos tribunais ou, pelo menos, as garantias de defesa do arguido ao rejeitar o recurso, com a consequência desde poder ver a sua liberdade (direito fundamental) cerceada. (...)"

1.3. Termina o seu arrazoadado da seguinte forma:

*“Assim, os Venerandos Juízes Conselheiros do TC devem admitir o presente recurso, concedendo amparo constitucional ao recorrente e revogar o **Acórdão nº 37/2020 do Supremo Tribunal de Justiça**, proferido nos **autos de recurso crime 15/2019**, substituindo-a por uma outra em que se reconhece:*

. Que houve nulidade da acusação, sendo nulo todo o processado posterior, incluindo o julgamento.

. Ou, se assim, não se entender, declara-se a nulidade e inconstitucionalidade do acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento, e, em consequência, absolver o arguido de todas as acusações, preservando-se, desta forma o seu bem fundamental que é a liberdade.

. E, para evitar o imediato cerceamento ilegítimo da liberdade do arguido, ao abrigo do art.º 11º da lei de amparo, se requer que o arguido seja mantido em liberdade, garantindo-lhe o seu direito fundamental, o direito à liberdade, até ao julgamento do recurso.”

2. O Acórdão nº 61/2020 de 4 de dezembro de 2020 admitiu que o processo em análise prosseguisse para a fase de mérito *"relativo a alegada violação do direito de acesso à justiça, das garantias de defesa e do princípio da presunção de inocência"*, mas indeferiu o pedido de decretação de medidas provisórias.

3. Tendo sido notificado para, na qualidade de entidade recorrida, responder, querendo, o Supremo Tribunal de Justiça optou pelo silêncio.

4. O processo seguiu com vista ao Ministério Público, este, através do douto parecer de Sua Excelência Senhor o Procurador-Geral da República, considerou, no essencial, que:

III. Das medidas necessárias

Da fundamentação de recurso interposto parecem ser relevantes os seguintes tópicos: 1) o recorrente alega não ter sido notificado pessoalmente da acusação e contesta a veracidade da certidão de notificação constante dos autos. Como consequência, alega a nulidade da acusação e de todo o processado posterior à acusação]; 2) o recorrente alega que no acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento não se procedeu ao reexame da prova e nem fixado os factos considerados provados e aqueles considerados não provados, "não se pronunciado sobre a matéria de facto impugnada", e, por isso, "viola os direitos de defesa do arguido impedindo-lhe de pedir a apreciação da matéria de facto na última instância nos termos do n.º 2 do art.º 442.º do CPP "3) O recorrente alega ainda que o acórdão do Tribunal da Relação padece de erro notório na apreciação da prova, pelo que o Supremo Tribunal de Justiça teria de admitir o recurso.

Os termos como o recorrente apresenta a sua fundamentação parecem reconduzir à questão da possibilidade legal do Tribunal Constitucional, em sede de recurso de amparo constitucional, sindicar o mérito das decisões dos tribunais judiciais, ou apenas

a eventual violação de normas e princípios constitucionais e legais, e extrair as consequências legais nos limites previstos no artigo 25^o da lei do amparo.

Com efeito, o recorrente alega que não foi pessoalmente notificado na acusação, mas as decisões tantas do Tribunal da Relação de Sotavento como do Supremo Tribunal de Justiça são no sentido de que o recorrente foi efectivamente notificado, tendo por base a certidão de cumprimento de despacho a fls. 41 verso: Por outro lado, o recorrente impugnou a decisão do tribunal de Relação alegando sua nulidade por "não se ter pronunciado sobre a matéria de facto impugnada ", e o seu recurso foi rejeitado pelo STJ que entendeu que "ressalta à evidência que não corresponde à realidade dos autos que a Relação se tenha limitado a transcrever os factos dados por provados pela primeira instância ". E concluiu que "o recurso não só é inadmissível na parte em que versa matéria de facto, como é também a questão de direito é manifestamente improcedente."

Se não parece viável, em virtude de imprevisão legal, uma reapreciação pelo tribunal Constitucional do mérito das decisões do Tribunal de Relação e do Supremo Tribunal de Justiça, apenas restaria saber se na aplicação das leis tal como referida pelo recorrente elou se pode constatar nos documentos constantes dos autos e seu apenso, há indícios de violação de normas constitucionais e legais que configuram violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais reconhecidos na Constituição como susceptíveis de amparo constitucional.

De uma análise dos autos se constata que o recorrente fora constituído e ouvido como arguido a 03/07/16, na presença da Dra. Evelyn Fernandes da Lomba, advogada estagiária, a qual também foi notificada a 11.04.16 da acusação que foi deduzida. Constata-se ainda que apesar da certidão de fls. 41 verso fazer constar a data de 13 de abril de 2016, como sendo a data do cumprimento da notificação, verifica-se que em frente à assinatura de Jair Barreto consta a data "(06.04.16) e em frente à assinatura de Evelyn Patrícia F. da Lomba consta a data "11.04.16". E não há qualquer menção expressa de quem foram as duas testemunhas da notificação feita ao arguido, ainda que se possa deduzir que seriam as pessoas que assinaram como Jair Barreto e Ana Suraia Freire Lopes.

Os elementos colhidos da certidão de notificação da acusação não são determinantes para aferir a falta efectiva de notificação pessoal da acusação ao arguido José Eduíno Moreira Lopes, ora recorrente, embora indiquem falta de rigor, pela diversidade de datas e locais ali consignados, o que sugere que as notificações teriam sido feitas em duas, ou mesmo três, datas diferentes, 6, 11 e 13 de fevereiro, e em dois locais diferentes Achadinha e Chã d'areia, e ainda pela insuficiente identificação das testemunhas ali referidas.

A relevância da notificação da acusação para a marcha processual, nomeadamente para garantia do exercício do direito de defesa por parte do acusado, de tal forma que a lei processual penal comina de nulidade insanável as violações de disposições relativas a notificação da acusação, sugere melhor rigor na certificação do cumprimento do despacho de acusação, que aliás podem e devem ser determinadas por via legal pela densificação/explicitação da norma relativa às formalidades de notificação e suas incidências.

Constata-se que a advogada estagiária, que assistiu à audição do arguido na instrução e que foi notificada da dedução da acusação, embora não tivesse sido formalmente nomeada, deixa de figurar no processo e que no despacho de fls. 43, que designa o dia de julgamento, é feita nomeação judicial de defensor oficioso ao arguido, recaindo a designação no Dr. Daniel Semedo, o qual intervém na audiência de discussão e julgamento e na leitura de sentença como sendo advogado estagiário (fls. 43 e 49).

Não consta que o arguido tenha apresentado contestação ou indicado testemunhas.

Entretanto, figura no relatório da sentença que "o arguido apresentou testemunhas em julgamento ". Mas da acta da audiência de discussão e julgamento a fls. 47 e 48 não consta quais das quatro testemunhas ali identificadas foram testemunhas apresentadas pelo arguido. E nem mesmo da motivação da sentença há quaisquer elementos que permitam identificar quem foram as testemunhas de defesa.

Dá-se por provado na sentença que o arguido não tem antecedentes criminais, mas a fls. 27 e 28 constam dois boletins de registo criminal do mesmo arguido, referentes a sentenças condenatórias de 12/08/ 2010 e 23/06/2009, respectivamente.

Não se descortina que o advogado do arguido tenha suscitado na fase de julgamento quaisquer vícios relativos à notificação. Pelo menos, da acta nada consta nesse sentido. Só para a interposição de recurso da sentença condenatória é que o arguido constituiu advogado (fls. 60 dos autos), e nessa fase, já como condenado, é que o arguido vem suscitar a nulidade da notificação da acusação e seus efeitos no processado.

No acórdão de Relação que recaiu sobre o recurso se refere que o recorrente não arguiu falsidade da certidão da sua notificação da acusação (fls. 92), pelo que as suas alegações não mereceram acolhimento e, por idênticos fundamentos, por manifesta improcedência, foi rejeitado o recurso no STJ.

Tendo em conta a assistência jurídica do arguido até ao julgamento e respectiva sentença, a não arguição de falsidade da notificação da acusação não é suficiente para tranquilizar quanto ao cumprimento escrupuloso dos termos processuais que acomodam a salvaguarda dos direitos de defesa. Com efeito, a arguição de eventual falsidade teria de ser feita nos termos dos artigos 338º e 339º do Código de Processo Civil (CPC), ex vi do artigo 26º do CPP, pelo que o prazo tempestivo há muito teria escoado, sem que o defensor nomeado para o julgamento pudesse sequer esboçar esse gesto e defesa formal do arguido que lhe foi atribuído assistir e defender. E nem há indícios que o tivesse cogitado, o que também pode sugerir que não era uma via plausível de defesa. Fora essas conjecturas e na presença da certidão de notificação da acusação, não po...

Por outro lado, nem mesmo com o seu requerimento de recurso da sentença, o recorrente arguiu em termos formalmente adequados a falsidade da notificação da acusação, pelo que o incidente não foi processado em termos e com os efeitos próprios de um incidente de falsidade perante o tribunal superior, conforme dispõe o artigo 336º do CPC. E os termos como suscitou a incorreção processual da notificação da acusação não são sequer idóneos a serem tomados como denúncia de falsificação a ponto de permitir ao Ministério Público abrir uma instrução em vista a determinar se efectivamente ocorreu ilícito de natureza crimina.

Em relação à questão do julgamento em matéria de facto no Tribunal de Relação e a inviabilidade do STJ rever, no caso concreto, a matéria de facto, o recorrente alega que "não se pronunciando sobre a matéria de facto impugnada, o acórdão viola os direitos

de defesa do arguido impedindo-lhe de pedir a apreciação da matéria de facto na última instância nos termos do n.º 2 do art.º 442.º do CPP.” Mas, é o próprio recorrente que insiste na sua argumentação na subsistência de erro notório na apreciação da prova, (fls. 12 e 13) que, entretanto, não mereceu acolhimento no STJ, que também não acolheu o argumento de que no acórdão do Tribunal de Relação não houve pronunciamento sobre a matéria de facto impugnada.

Assim, pela sorte dos seus recursos no tribunal de Relação e no STJ o arguido teria de queixar-se das motivações que apresentou e os termos com que os fez, que não lograram convencer o julgador da bondade e acerto dos seus argumentos.

Com efeito, da leitura da motivação de recurso para o tribunal de Relação, assim como do acórdão que recaiu sobre esse recurso, parece que, efectivamente, foram apreciados os argumentos do recorrente relativamente à falta de intenção homicida, embora admita a agressão física. Só que considerando o local atingido, as lesões causadas e a conduta subsequente à agressão, se entendeu que estava verificada a intenção de matar, e por isso, foi considerado improcedente o recurso interposto.

A alegada falta de descrição de factos provados pelo tribunal de julgou os recursos em matéria de facto não parece decisiva, na medida em que há evidências de reexame da prova e reapreciação dos factos, conformando-se o tribunal com os factos fixados na sentença recorrida, para consubstanciar violação imediata de quaisquer direitos, liberdades e garantias fundamentais do recorrente, nomeadamente o "direito de acesso à justiça, das garantias de defesa e do princípio da presunção de inocência", pelos quais deveria receber amparo constitucional que requeresse.

Assim, mais do que uma reclamação contra a oportunidade do exercício do direito de defesa, haveria de queixar-se do exercício que fez das oportunidades de defesa que a lei processual penal que faculta, desde logo com a constituição de advogado ou o pedido de nomeação de defensor que pudesse seguir atentamente a marcha processual e agir em conformidade, como "colaborador indispensável da administração da Justiça.”

As incidências de exercício oportuno de direito de defesa sugerem haver necessidade de promover regras e medidas para que, pelo menos, em todos os casos de crimes puníveis

com pena de prisão superior a cinco anos, o advogado nomeado ou constituído tenha condições e disponibilidade de seguir a marcha processual, de modo a garantir o melhor exercício da defesa, que se traduzirá, sempre, em economia processual e adequado uso dos recursos do Estado mobilizados para a realização da justiça. A promoção dessa medida assim a densificação das normas relativas à notificação da acusação e outros despachos e decisões judiciais parecem, entretanto, não caber na esfera de intervenção do tribunal Constitucional, mormente em sede de recurso de amparo constitucional.

Do exposto, somos de parecer que.

- a) O recurso de amparo constitucional preenche os pressupostos de admissibilidade;*
- b) Nada há a promover sobre a medida provisória, porquanto nenhuma foi decretada*
- c) Não havendo evidências de violação de direitos, liberdades e garantias susceptíveis de amparo, não se mostra necessário adoptar qualquer medida ou providência para ou em razão do presente caso.”*
- d) Não se descortina que o advogado do arguido tenha suscitado na fase de julgamento quaisquer vícios relativos à notificação. Pelo menos, da acta nada consta nesse sentido. Só para a interposição de recurso da sentença condenatória é que o arguido constituiu advogado (fls. 60 dos autos), e nessa fase, já como condenado, é que o arguido vem suscitar a nulidade da notificação da acusação e seus efeitos no processado.*

5. Em 02 de maio de 2023, o projeto de acórdão foi depositado na Secretaria e o respetivo julgamento realizou-se no dia 12 do mesmo mês e ano.

Cumpre, pois, apreciar e decidir.

II - Fundamentação

6. Ao decidir o mérito do recurso de amparo, tem sido prática nesta Corte que o primeiro passo é verificar que conduta os recorrentes imputam à entidade recorrida, ao qual se segue o teste para averiguar se a (s) conduta(s) atribuídas ao órgão a quo foram

efetivamente adotadas por este, atestar se houve ou não violação de direitos, liberdades ou garantias de que os impugnantes se arrogam a titularidade e, eventualmente, remeter o processo à Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 25.º da Lei do Amparo.

No caso em apreço, o ato praticado pelo Supremo Tribunal de Justiça traduziu-se na prolação do Acórdão n.º 31/2020, de 28 de julho.

O Acórdão n.º 61/2020, de 4 de dezembro admitiu que o processo seguisse para a fase de mérito restrito à alegada violação do direito de acesso à justiça, das garantias de defesa e do princípio da presunção de inocência, sem, no entanto, discriminar as condutas que o recorrente imputou à entidade recorrida.

Por isso, torna-se pertinente fazê-lo agora, partindo das conclusões constantes da fundamentação do presente recurso.

7. Por conseguinte, o recorrente manifesta a pretensão de ver escrutinadas pelo Tribunal Constitucional as seguintes condutas que atribuiu ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça:

7.1. Ter rejeitado o recurso na parte que diz respeito à falta de notificação pessoal da acusação ao arguido;

7.2. Ter ignorado as denúncias de um eventual crime de introdução de falsidade em documento oficial;

7.3. Ter rejeitado o recurso alegando que a sua competência seria restrita à questão de direito, podendo, no entanto, conhecer da matéria de facto nos exatos termos do art.º 442º do CPP, tendo, no entanto, concluindo que no caso que apreciou não existia nenhum dos vícios do referido artigo.

8. Relativamente à primeira conduta, o recorrente alega que o Supremo Tribunal de Justiça limitou-se a sustentar a tese do Tribunal da Relação de Sotavento, quando afirma que "a assinatura da certidão por parte do notificando não é elemento essencial do ato de notificação e que *"a alegação de que não foi indicado o número do Bilhete de Identidade*

não tem qualquer cabimento, porquanto o que vai disposto no art. 140º do CPP aplica-se às notificações para comparência, que devem ser feitas com a obrigação de o arguido se apresentar para acto judicial para o qual foi convocado munido de documento legal de identificação. Sendo por demais evidente que a preterição dessa advertência não é cominada com nulidade, nem consta como tal dos arts. 151º e 152º, traduzindo-se assim em mera irregularidade dependente de arguição, há muito sanada pelo decurso do tempo (155 nº 1 do CPP)".

O recorrente manifesta a sua inconformação com a posição da entidade recorrida, dizendo que quando se procede à notificação por contacto pessoal, é fundamental a assinatura do notificando para que se possa certificar que a pessoa efetivamente notificada foi aquela que se encontra identificada como arguido no processo. Acrescenta que o facto de o acórdão recorrido não ter dado provimento ao pedido de declaração de nulidade da acusação por falta de notificação ao arguido, em violação ao disposto no n.º 3 do artigo 140.º do CPP, não prejudica a sua convicção de que era necessário exigir-se que José Eduíno Moreira Lopes, arguido nos autos, exhibisse o seu Bilhete de Identidade para se ter a certeza de que a pessoa que, na versão da funcionária, foi notificada corresponde efetivamente ao ora recorrente.

Para o recorrente, houve uma denegação de justiça, ou pelo menos, uma diminuição das garantias de defesa do arguido, tendo sido violados os artigos 22.º n.º 1 e 35.º n.º 7, da Constituição, quando o Supremo Tribunal de Justiça julgou manifestamente improcedente o pedido de declaração de nulidade da acusação e de todo o processado posterior à acusação, e desconsiderou as normas sobre a notificação (140.º e ss do CPP, conjugado com o art.º 221º, todos do CPC, aplicados por força do art.º 26º do CPP).

9. O Supremo Tribunal de Justiça, por seu turno, fundamentou a decisão de considerar manifestamente improcedente a alegação de nulidade da acusação da seguinte forma:

“Ora, uma coisa é a nulidade da acusação, a qual ocorre pela preterição do formalismo previsto no art.321º do CPP. Coisa diferente é a nulidade do processo decorrente da violação das regras da notificação, designadamente da omissão da notificação pessoal ao arguido, imposta pelo art 142º do CPP.

- a) *No caso em apreço, estamos em crer que na verdade o recorrente pretende referir-se à falta de notificação da acusação, que tornaria nulo todo o processado posterior.*
- b) *Sendo esse o caso, é manifesta a improcedência desse fundamento do recurso. Com efeito, e contrariamente ao alegado, verifica-se que o arguido foi pessoalmente notificado daquele acto processual, tendo recebido a respectiva cópia, como resulta sem margem para qualquer dúvida da certidão de fls. 42 vso dos autos. O que sucede, ainda segundo a referida certidão, é que o recorrente se recusou a assiná-la, razão pela qual a oficial de justiça fez intervir duas testemunhas. De resto, a assinatura da certidão por parte do notificando não é elemento essencial do acto de notificação, o que decorre da análise dos arts. 235º e 221º do CPC, aplicável ex vi do art 26º do CPP.*
- c) *A alegação de que não foi indicado o número do Bilhete de Identidade não tem qualquer cabimento, porquanto o que vai disposto no art. 140.º do CPP aplica-se às notificações para comparência, que devem ser feitas com a obrigação de o arguido se apresentar ao ato judicial para o qual foi convocado munido de documento legal de identificação. Sendo por demais evidente que a preterição dessa advertência não é cominada com nulidade, nem consta como tal dos arts. 151º e 152º, traduzindo-se assim em mera irregularidade dependente de arguição, há muito sanada pelo decurso do tempo (art. 155.º nº 1 do CPP).”*

9.1. Apresentada a argumentação jurídica em que assentou a decisão impugnada, a qual pode ser admitida como conduta empreendida pela entidade recorrida, resta saber se essa conduta violou algum direito, liberdade ou garantia da titularidade do recorrente.

Contrariamente ao alegado pelo recorrente, no caso em apreço, não se podia invocar o disposto no n.º 3 do artigo 140.º do CPP, porque, efetivamente, não se tratava de convocar o arguido para comparência, nem para participar em qualquer ato processual, casos em que seria obrigatória a apresentação do bilhete de identidade ou outro meio legalmente admissível de identificação.

A matéria de facto dada como assente aponta para uma situação em que se tentou notificar o despacho de acusação ao arguido, por contato pessoal, e no local onde este se encontrava, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 e n.º 2 dos artigos 141.º e 142.º do CPP, respetivamente. Assim sendo e com base na convicção do tribunal recorrido de que *“o arguido foi pessoalmente notificado daquele acto processual, entenda-se acusação, tendo recebido a respectiva cópia, como resulta sem margem para qualquer dúvida da certidão de fls. 42 vso dos autos; o que sucede, ainda segundo a referida certidão, é que o recorrente se recusou a assiná-la, razão pela qual a oficial de justiça fez intervir duas testemunhas. De resto, a assinatura da certidão por parte do notificando não é elemento essencial do acto de notificação, o que decorre da análise dos arts. 235º e 221º do CPC, aplicável ex vi do art 26º do CPP, a alegada falta de notificação da acusação foi da exclusiva responsabilidade do próprio recorrente.*

10. Por outro lado, e conforme a jurisprudência firme desta Corte, a notificação pessoal nos casos em que ela seja imposta por lei não tem que ser sempre direta. Pois, a finalidade da notificação, mesmo nas situações em que por lei deva ser feita diretamente a pessoas visadas, como no caso da notificação da acusação ao arguido, destina-se a proporcionar ao notificando tomar conhecimento de uma decisão ou diligência que afete os seus direitos e possa defender-se. Esse conhecimento pode ser direto ou indireto. E no caso vertente, está provado que a sua defensora oficiosa foi notificada da acusação, fls. 42 verso, o novo mandatário, Dr. Daniel Semedo, foi notificado do despacho que designou a data para o julgamento, fls. 45, não tendo, durante a audiência de discussão e julgamento, suscitado qualquer questão relativamente à alegada nulidade da acusação.

Ao analisar-se os autos, o que se verifica é que além de o recorrente ter estado presente na audiência de julgamento, tendo-se defendido como quis, não suscitou a questão que se prende com a alegada omissão de notificação da acusação. Por conseguinte, em nada afetou o seu direito de defesa e de acesso à justiça (Vide, nesse sentido, *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 2; *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1792-1803, 5.2.3-5.4; *Acórdão 19/2020, de 8 de maio; Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente à aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos internacionais por inconstitucionalidade*, Rel. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.1; *Acórdão nº 34/2022, de 5 de agosto, Maria Augusta v. STJ, sobre violação de posição jurídica de receber comunicação de decisões penais desfavoráveis e do direito ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1952-1954, 1 e ss), *a dimensão constitucional do direito a se ser notificado pessoalmente de decisão judicial em processo-crime esgota-se na necessidade de se assegurar que os respetivos titulares de posições jurídicas, fundamentais ou ordinárias, que podem ser tuteladas pelos tribunais, tomem conhecimento de decisões que têm impacto sobre os seus direitos e delas possam reagir. Neste sentido, na dimensão constitucional do direito, que é a única que importa para esta Corte, tomar conhecimento pessoal tanto pode ser direto, quanto através de mandatário que o recorrente mantenha, havendo presunção – como tal, elidível – que a preservação da representação conduz à transmissão profissional dessas informações essenciais sobre o andamento do processo ao seu constituinte.”*

Por tudo o que fica exposto, conclui-se que o STJ não adotou interpretação que pudesse violar qualquer direito, liberdade ou garantia invocado pelo recorrente, pelo que, nesta parte, improcede, o recurso.

11. A conduta que, na perspetiva do recorrente, se traduziu no facto de o Supremo Tribunal de Justiça ter ignorado as denúncias de um eventual crime de introdução de falsidade em documento oficial, não pode ser atribuída ao tribunal recorrido, porquanto este não é concebido como órgão de investigação criminal.

12. A terceira imputação feita ao STJ e que consiste em ter rejeitado o recurso porque o seu poder cognitivo se restringe à questão de direito, podendo, no entanto, conhecer da matéria de facto nos exatos termos do artigo 442º do CPP, embora, no caso em apreço, não se verifique nenhum dos vícios referidos nesse artigo, desdobra-se em duas condutas.

Uma que considerou como inadmissível o recurso interposto do acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento na parte em que versa sobre matéria de facto e uma outra que se reporta à decisão que julgou manifestamente improcedente a questão de direito.

12.1. Relativamente à primeira, o Supremo Tribunal de Justiça começou por indicar a base legal que restringe o seu poder cognitivo para conhecer dos recursos criminais que lhe são dirigidos nos seguintes termos: *“conforme dispõe o art. 24º nº 2 da lei nº 88/VII/2011, de 14.02, alterada pela Lei nº 59/IX/2019, de 29.06, os recursos para o Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal de Revista, são restritos à matéria de direito. Podendo embora conhecer dos vícios da matéria de facto nos exatos termos do art. 442º do Código de Processo Penal.”*

Fundamentou o seu entendimento de que se tratava de matéria de facto da seguinte forma: *“In casu, como se vê da motivação, o recorrente pretende que o Supremo Tribunal de Justiça reaprecie a prova produzida designadamente a prova por declarações, e conclua que o arguido não agiu com intenção de matar. E valorize as declarações do arguido em como não era portador de nenhum objeto cortante e que atingiu a vítima com um soco. Ora, semelhante pretensão, que visa alterar a matéria de facto dada por provada, não pode ser acolhida, pois que, como se disse, o Supremo Tribunal apenas conhece de matéria de direito.”*

O Tribunal Constitucional tinha sido chamado a intervir no âmbito do Recurso de Amparo Constitucional n.º 24/2020, em que foi recorrente Aguiinaldo Cardoso de Pina Ribeiro e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, tendo decidido através do Acórdão n.º 43/2021, de 30 de setembro, publicado no Boletim Oficial, n.º 100, de 15 de outubro de 2021, que, efetivamente, o poder cognitivo do Supremo Tribunal de Justiça quando se lhe dirige recursos em processos criminais está, por regra, limitado ao conhecimento de matéria de direito, conforme o disposto no artigo 24º da Lei nº 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, alterada pela Lei nº 59/IX/2019, de 29 de julho sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais, quando estatui que *«Fora dos casos previstos na lei, o recurso interposto para o STJ visa exclusivamente o reexame da matéria de direito.»*

Tendo o Supremo Tribunal de Justiça chegado à conclusão de que o recurso interposto pelo recorrente incidia sobre a matéria de facto relativamente à qual não dispõe de poder

cognitivo, sem que houvesse contestação por parte do impugnante, considera-se que esse segmento decisório não constitui objeto deste recurso de amparo.

12.2. O mesmo já não se pode dizer da parte da decisão recorrida em que o Supremo Tribunal de Justiça julgou manifestamente improcedente a questão de direito.

Pois, no que se refere à conduta que se traduziu em declarar manifestamente improcedente a alegação de que o acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento padecia do vício da contradição insanável da matéria de facto dada por provada e de erro notório na apreciação da prova, apesar da Suprema Corte Judicial comum ter afirmado que se tratava de mera alegação, sem qualquer concretização, e que qualquer desses vícios deveria resultar do texto da decisão recorrida, o que manifestamente não tinha ocorrido, acabou por os apreciar, aliás, como já tinha admitido, ao mencionar essa possibilidade que lhe é conferida nos termos do artigo 442.º do Código de Processo Penal.

Senão vejamos:

No acórdão recorrido ficou assente que *“é evidente que o recorrente discorda dos factos provados e que enumerou, para daí concluir que existe o vício da contradição insanável da matéria de facto dada por provada. Ou seja, o arguido entende que este vício existe porque não está de acordo com a análise da prova empreendida pelo tribunal recorrido e com a conclusão a que chegou.*

Mas, as suas discordâncias sobre o modo como os tribunais de instância apreciaram a prova produzida não constitui qualquer dos vícios previstos no art 442º. Na verdade, o que o recorrente pretende é impor ao tribunal a convicção que pessoalmente formou sobre a prova, quando é certo que a convicção necessária para um juízo de culpabilidade, ou não, do agente de um crime é de quem deve avaliar essa mesma prova, ou seja, dos juízes, de acordo com o previsto no art.º 176º do CPP, sendo irrelevantes as convicções dos intervenientes processuais.

Para fundamentar o alegado vício de contradição insanável da matéria de facto dada por provada, o arguido argumenta com as declarações das testemunhas, descreve aquilo que alegadamente disseram e conclui que, na medida em que os elementos de prova

existentes no processo não vão de encontro à matéria de facto dada como provada, existe contradição insanável da fundamentação, ou se assim não se entender, existe pelo menos erro notório na apreciação da matéria de facto.

Claramente, a alegação tem a ver com questões de facto, mais precisamente com o modo como o tribunal formou a sua convicção sobre a prova produzida, nada tendo a ver com os vícios apontados.

Na verdade, o vício da contradição insanável da fundamentação existe, grosso modo, quando se afirma um facto e o seu contrário, sendo certo que o recorrente não indica em que consistiria essa alegada contradição, limitando-se a afirmar que ela resulta da falta de prova dos factos que enumerou.

Quanto ao erro notório na apreciação da prova, trata-se igualmente de mera alegação sem qualquer concretização, também ela estribada na alegada falta de prova. E mais não é do que uma diferente valoração dos factos, sendo natural a discordância do recorrente, a qual, porém não integra aquele vício, nem qualquer outro.

Seja como for, qualquer um dos vícios alegados deve resultar do texto da decisão recorrida, o que manifestamente não ocorre.

Importa referir que a alegação do recorrente de que não era portador de nenhuma faca não é relevante, porquanto tal não consta dos factos provados. O que deles resulta é que o arguido agrediu a vítima com um objecto que não se conseguiu apurar, causando-lhe lesões de natureza cortante e perfurante.”

E a síntese da fundamentação da rejeição do recurso na parte que diz respeito à manifesta improcedência dos vícios acima mencionados encontra-se no seguinte trecho: “*resultando provado que o arguido agiu livre, deliberada, e conscientemente e que com a sua conduta quis tirar a vida ao ofendido Vitalino, só não conseguindo por circunstâncias estranhas à sua vontade-descritas nos factos provados-matéria de facto que não pode ser alterada por este STJ, não se suscita qualquer dúvida sobre a intenção de matar.”*

13. É, pois, chegado o momento de averiguar se a decisão que rejeitou o recurso por manifesta improcedência dos vícios descritos no nº 2 do artigo 442º do CPP, segundo o qual “*mesmo nos casos em que, por disposição expressa da lei, os poderes de cognição do tribunal de recurso se devam limitar a matéria de direito, o recurso poderá ter também como fundamentos, desde que o vício resulte dos elementos constantes do texto da decisão recorrida, por si só ou conjugados com as regras da experiência comum: a) ...; b) contradição insanável da fundamentação ou entre a fundamentação e a decisão, ou, ainda, da matéria de facto dada como provada; c) Erro notório na apreciação da prova*”, violou a garantia de presunção da inocência do arguido enquanto parâmetro de escrutínio da conduta em apreço.

O entendimento do Tribunal Constitucional sobre o princípio da presunção da inocência já foi desenvolvido em diversos arestos (*Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 23.3 e na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, Vol. IV, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 365-433, 23.3; – Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5; Acórdão 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639- 1648, 5; Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146- 6 178, 2.1.3.; Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2.1.3).*

Conforme se sumarizou recentemente, através do Acórdão n.º 1/2023, de 23 de janeiro, Ivan dos Santos Gomes Furtado v. TRB, sobre a garantia de presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*, *Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023*, “Esta Corte Constitucional já possui um histórico consolidado de decisões em situações em que recorrentes alegam a violação de garantia à presunção da inocência na dimensão de *in dubio pro reo* em razão do modo como o juiz de instância apreciou as provas e as suas conclusões e decisões foram confirmadas por tribunais de recurso. 3.1. No primeiro desses arestos – Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência, *Rel: JC Pina Delgado, 5.3 –*, o Tribunal Constitucional fixou a sua orientação básica nesta matéria, constituindo-se no *leading case* desta Corte. 3.1.1. Rejeitando, por um lado, a ideia da não sindicabilidade de alegações de violação da garantia à presunção na inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo* por alegadamente se reconduzir a critérios eminentemente subjetivos, que dependem da exclusiva apreciação do juiz de julgamento, porque, no entender deste Coletivo, isso equivaleria a reconhecer um poder arbitrário ao julgador insuscetível de qualquer apreciação externa. Mas, do outro, adotando um padrão de aferição que se designou de *escrutínio lasso de cariz negativo*. Lasso, na medida em que promoveria apenas um controlo genérico sobre o ato judicial impugnado baseado numa análise geral dos relatos apresentados e da argumentação expendida pelos intervenientes processuais e das provas que foram vertidas para os autos; de cariz negativo porque a sua intervenção não se materializaria numa análise tendente a sustentar como o caso deveria ter sido decidido perante os elementos disponíveis, mas simplesmente de verificar se as conclusões do tribunal de julgamento seriam insuscetíveis de serem justificadas de um ponto de vista racional, por padecerem de vícios internos, nomeadamente contradições, chegarem a determinações ilógicas, serem marcadas pela insuficiência de elementos probatórios ou serem caracterizadas por absoluta ausência de conexão entre eles e a decisão adotada. Por outras palavras, quando elas se revelem claramente arbitrárias. 7 É o que se expôs em trecho desse mesmo aresto quando se asseverou que “[e]m tal contexto, cabe ao Tribunal Constitucional fazer avaliação tendente a concessão de amparo por violação de direito, liberdade e garantia. Contudo deve, por um lado, ficar claro, até pela porosidade do direito em que se ancora em parte o pedido, que não cabe a esta Corte servir de órgão recursal das decisões tomadas pelos órgãos judiciais, nomeadamente pelo Supremo Tribunal de Justiça, em matéria de aplicação do direito

ordinário que não tenha qualquer conexão diretamente constitucional, nem se presta a ou pode fazer a revista plena no que diz respeito à apreciação das provas que serve de mote a este recurso. Portanto, se a abordagem de um órgão superior da justiça comum se destina a indagar e responder se perante os factos apurados e provados e o direito aplicável foi tomada a melhor decisão, a esta Corte só se permite, de modo limitado e numa dimensão negativa, verificar se nesse processo chegou-se a decisão que não se pode justificar à luz do in dubio pro reo” (5.2.1-5.2.3).

3.1.2. Tendo reiterado o mesmo entendimento em arestos subsequentes, nomeadamente no Acórdão nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido, Rel: JC Pina Delgado, 4; no Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel: JC Pina Delgado, 5; e no Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório, Rel: JC Pina Delgado, 2.1.3, servindo este último para apresentar uma síntese da posição do Tribunal ao enfatizar que este “deixou claramente lavrado o entendimento de que: primeiro, além da presunção da inocência configurar uma garantia constitucional dos indivíduos associada à liberdade sobre o corpo, ela não é desprovida de conteúdo no sentido de se conceber como uma fórmula vazia; segundo, quanto ao escrutínio a se operar quando ela está em causa, relacionando-a com o princípio da livre apreciação da prova, considerou que o que se tem que averiguar é se o julgador tomou uma decisão não arbitrária, fundamentada de forma lógica e racionalmente aceite por qualquer julgador neutro à luz de um determinado acervo probatório constante dos autos. Todavia, terceiro, este Pretório também esclareceu que o seu papel no âmbito do recurso de amparo não é funcionar como mais um órgão recursal, no sentido de averiguar se as instâncias anteriores tomaram a melhor decisão ou se ela naquela circunstância concreta teria tomado a mesma posição ou qualquer outra. Antes, o de, no quadro de aplicação de um escrutínio la[ss]o de cariz negativo, singelamente apurar se ela, porventura, se revela ilógica, internamente contraditória ou insuscetível de ser racionalmente sustentável. Se assim for, há violação da garantia da presunção da inocência, na sua vertente do in dubio pro reo; caso contrário, independentemente do seu mérito intrínseco, a resposta seria negativa”. 3.1.3. E até tendo estendido esse standard of review a outras situações, nomeadamente de enquadramento típico no quadro de aplicação de medida de coação

de prisão preventiva (Acórdão 43/2022, de 4 de novembro, Amadeu Oliveira v. STJ, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 62-71, passim). 3.2. Portanto, nesta fase, para se trazer uma alegação desta natureza ao Tribunal Constitucional suscetível de ter alguma probabilidade de êxito é necessário que o recorrente apresente argumentação idónea e elementos suficientes no sentido de que a decisão tomada pelo tribunal de julgamento e confirmada pelos tribunais de recurso é arbitrária por ser insuscetível de ser justificada de um ponto de vista racional, considerando as suas contradições internas, a manifesta desconexão entre as provas e a sentença ou ausência total de elementos probatórios. Não o fazendo, está simplesmente a fazer o Tribunal Constitucional perder o seu precioso tempo, atraindo-o a rever uma situação de discordância normal de qualquer arguido com o modo como as provas foram apreciadas em processo que conduziu à sua condenação.”

14. No caso concreto, depois de analisados cuidadosamente os factos dados por provados, não se pode concluir que a decisão recorrida padeça de vícios referidos nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 442.º do CPP, nem que os mesmos tenham resultado do texto do acórdão recorrido, por si só ou conjugados com as regras da experiência comum.

O que se nota é que o recorrente discorre sobre a concetualização do elemento subjetivo do tipo (dolo nas suas diversas modalidades), transcreve as declarações do arguido e das testemunhas, aprecia-as segundo os seus próprios critérios, para concluir que, contrariamente ao decidido, “*não se pode deixar de dar crédito às declarações do arguido, na afirmação de que não tinha nenhuma faca pois este afirmou que não tinha nenhuma faca nem outro objecto cortante, para concluir que, de acordo com a sua análise da prova, a haver crime só poderia ser o de ofensa à integridade física previsto no art. 128º do Código Penal. E que, é esse erro notório ou contradição insanável que leva o acórdão recorrido a admitir a imputação subjectiva a título de dolo*”.

Ora, em vez de demonstrar em que medida o acórdão recorrido caiu em contradição insanável ou padece de erro notório na apreciação da prova, limitou-se a colocar hipóteses abstratas, o que seguramente dificultou a atividade dos tribunais de recurso que intervieram neste processo.

Como considerou e bem a entidade recorrida, a inconformação com a decisão e em particular com a forma como os tribunais de instância apreciam a prova produzida não constitui per si contradição insanável da fundamentação, nem erro notório na apreciação da prova.

Na verdade, o recorrente quis apresentar a sua convicção pessoal sobre a produção e valoração da prova, como se a convicção pessoal do arguido pudesse sobrepor-se ao princípio da livre apreciação da prova, segundo o qual salvo disposição legal em contrário, a prova será apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção de quem, de acordo com a lei, a deve valorar.

O que se verifica é que, quanto ao ponto mais controvertido, a intenção de matar, a sentença expõe as razões que justificaram tal determinação, de acordo com o manancial de prova produzida e apreciada, observando-se as regras da experiência comum e a livre convicção do julgador.

Quanto à valoração dos depoimentos das testemunhas, não tendo o benefício de um contato direto com os mesmos, privilégio do juiz de julgamento, o qual é o único que pode avaliar a credibilidade que se pode atribuir a cada um, considerando o modo, o tom, a segurança como se fizeram, bem como os sinais e expressões que as acompanharam, não pode o Tribunal Constitucional substituir-se aos tribunais judiciais comuns.

Não parece que a forma como se apreciou e se valorou a prova possa considerar-se como arbitrária, padeça de qualquer contradição ou seja ilógica.

Concluindo, o Tribunal Constitucional não pode determinar que houve violação da garantia à presunção da inocência e, conseqüentemente, desestima o pedido de amparo formulado pelo recorrente.

III – Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem que o Tribunal recorrido:

- a) Ao ter rejeitado o recurso com fundamento na inexistência de nulidade da acusação, não denegou a justiça nem tão-pouco diminuiu o direito de defesa do recorrente;
- b) Ao confirmar a decisão que condenou o arguido a pena de seis anos e seis meses de prisão pela prática de um crime de homicídio simples na sua forma tentada, com base na produção e valoração da prova feita pela instância, não violou a garantia de presunção da inocência do arguido, pelo que improcede o presente recurso de amparo.

Registe, notifique e publique.

Praia, 22 de maio de 2023

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 22 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges